

Impactos da violência obstétrica às mulheres brasileiras: uma revisão integrativa*Impacts of obstetric violence on Brazilian women: an integrative review**Impactos de la violencia obstétrica en las mujeres brasileñas: una revisión integradora***Carla Fonseca Coelho¹**

ORCID: 0000-0003-0048-7632

Aldine de Souza Rosa¹

ORCID: 0000-0003-3244-8558

Isabella Guimarães Borges¹

ORCID: 0000-0001-7773-6911

Eduarda de Castro Bortolini**Altoé¹**

ORCID: 0000-0002-8905-3867

Caroline da Cunha Santos¹

ORCID: 0000-0002-0705-543X

Luís Cláudio da Motta Barbosa¹

ORCID: 0000-0002-8862-8606

Ana Luiza de Oliveira Melanias¹

ORCID: 0000-0002-1269-5036

Raíza Araújo Peixoto Pinto¹

ORCID: 0000-0002-0779-1381

Mirella Cecília Corrêa Lima¹

ORCID: 0000-0002-3091-8897

Gabriela Chaves Mendes Justino¹

ORCID: 0000-0003-3547-8066

¹Centro Universitário Vértice.
Minas Gerais, Brasil.

Como citar este artigo:

Coelho CF, Rosa AS, Borges IG, Altoé ECB, Santos CC, Barbosa LCM, Melanias ALO, Pinto RAP, Lima MCC, Justino GCM. Impactos da violência obstétrica às mulheres brasileiras: uma revisão integrativa. Glob Acad Nurs. 2022;3(Spe.2):e282.
<https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200282>

Autor correspondente:

Carla Fonseca Coelho
E-mail: carlafcoelho@outlook.com

Editor Chefe: Caroliny dos Santos
Guimarães da Fonseca
Editor Executivo: Kátia dos Santos
Armada de Oliveira
Editor Responsável: Rafael Rodrigues
Polakiewicz

Submissão: 05-05-2022

Aprovação: 30-07-2022

Resumo

Objetiva-se identificar estudos científicos acerca da violência obstétrica causada por profissionais da área da saúde e avaliar suas consequências. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de artigos publicados em português selecionados nas bases de dados BVS, WoS, SciELO e PubMed. Os artigos foram escolhidos por meio da busca com os descritores: Violência obstétrica, profissionais da saúde, mulheres, Brasil e impactos na saúde, sendo utilizado o operador booleano AND como ferramenta para o cruzamento dos descritores. Foram revisados 09 artigos publicados no período de 2015 a 2022. A violência obstétrica pode estar associada a ofensas verbais e psicológicas, para tanto é necessário detectar os impactos físicos e psicológicos de tal impetuosidade, visto que repercute em traumas, dores, depressão pós-parto, desenvolvimento de ansiedade e menor procura nos serviços de saúde após o parto. Depreende-se, portanto, a existência de limitações envolvendo a temática, devido à escassez na literatura direta e objetiva, sendo necessário o desenvolvimento de mais pesquisas.

Descritores: Violência Obstétrica; Profissionais da Saúde; Mulheres; Brasil; Impactos na Saúde.

Abstract

The aim is to identify scientific studies about obstetric violence caused by health professionals and to evaluate its consequences. This is an integrative literature review of articles published in Portuguese selected from the VHL, WoS, SciELO and PubMed databases. The articles were chosen through the search with the descriptors: Obstetric violence, health professionals, women, Brazil and health impacts, using the Boolean operator AND as a tool for crossing the descriptors. Nine articles published in the period from 2015 to 2022 were reviewed. Obstetric violence can be associated with verbal and psychological offenses, for that it is necessary to detect the physical and psychological impacts of such impetuosity, since it has repercussions on trauma, pain, postpartum depression, development of anxiety and lower demand for health services after childbirth. It appears, therefore, the existence of limitations involving the theme, due to the scarcity of direct and objective literature, requiring the development of more research.

Descriptors: Obstetric Violence; Health Professionals; Women; Brazil; Health Impacts.

Resumen

El objetivo es identificar estudios científicos sobre la violencia obstétrica provocada por profesionales de la salud y evaluar sus consecuencias. Esta es una revisión integrativa de la literatura de artículos publicados en portugués seleccionados de las bases de datos BVS, WoS, SciELO y PubMed. Los artículos fueron seleccionados a través de la búsqueda con los descriptores: Violencia obstétrica, profesionales de la salud, mujeres, Brasil e impactos en la salud, utilizando el operador booleano AND como herramienta de cruce de los descriptores. Se revisaron 09 artículos publicados en el período de 2015 a 2022. La violencia obstétrica puede estar asociada a ofensas verbales y psicológicas, para ello es necesario detectar los impactos físicos y psicológicos de tal impetuosidad, ya que repercute en el trauma, dolor, puerperio depresión, desarrollo de ansiedad y menor demanda de servicios de salud después del parto. Aparece, por lo tanto, la existencia de limitaciones que envuelven el tema, debido a la escasez de literatura directa y objetiva, requiriendo el desarrollo de más investigaciones.

Descritores: Violencia Obstétrica; Profesionales de la Salud; Mujeres; Brasil; Impactos en la Salud.



Introdução

A violência obstétrica é um ato recorrente na sociedade brasileira, podendo ser definida como uma violência de gênero que consiste na violação do exercício da saúde sexual e reprodutiva da mulher, sendo cometido por profissionais médicos ou indivíduos envolvidos na atenção prestada às pacientes lesadas. Esse termo designa diferentes manifestações clínicas, sendo evidenciado o dano físico, emocional e psíquico, por práticas de violência, agressão ou omissão durante a fase gestacional, o parto, o puerpério ou durante a assistência às situações de abortos^{1,2}.

A falta de esclarecimento acerca dos procedimentos por parte da equipe médica; a negação do direito ao acompanhante na hospitalização da gestante; a realização de procedimentos considerados desnecessários sem o consentimento da paciente e a utilização de palavras grosseiras que inibem a mulher de exercer o seu direito, são exemplos de violações obstétricas. Nesse sentido, é válido ressaltar que a conduta médica foi desenvolvida ao longo da história da humanidade e vem constituindo valores sociais que definem a prática médica e contribuem para a observância de condutas éticas, que se alinham com o sistema jurídico e o sistema de valores sociais. Quando os profissionais postulam inobservância de condutas proibitivas e desrespeitosas a mulheres durante o parto, exemplificadas anteriormente, temos uma ruptura do saber - fazer médico, no momento que há transgressão de conduta permissiva^{3,4}.

Na Contemporaneidade, essencialmente nos últimos anos, o foco do estudo da violência durante o parto parte de movimentos feministas, essencialmente de comunidades com o objetivo de defender os direitos e proteção das mulheres em etapa gestacional, as quais devem ter a autonomia e o livre-arbítrio durante essa fase. Assim, a questão da vulnerabilidade está relacionada com a violência obstétrica, uma vez que há uma espécie de hierarquia social que reflete no tipo de tratamento oferecido à paciente, visto que mulheres de baixa renda, negras, prostitutas ou que vivem em situação de rua estão mais sujeitas a sofrerem algum tipo de negligência que se confira nesse cenário de violência. Justificado com isso, o aumento do interesse da sociedade científica e civil na reivindicação de grupos minoritários^{1,5}.

Outrossim, a violência obstétrica implica diretamente em outro problema de saúde pública brasileira, a questão da mortalidade materna, a qual é associada com a qualidade assistencial da saúde oferecida para as mulheres. Os riscos adversos com a manipulação agressiva do parto vaginal, o aumento dos riscos durante o parto a partir da coerção da paciente para optar pela cesariana, a negligência e a agressão de profissionais de saúde em atender mulheres gestantes ou em situações de abortamento e o impedimento da presença de um acompanhante são fatores que interferem significativamente na morbidade e mortalidade materna^{6,7}.

Desta forma, o presente estudo objetiva identificar estudos científicos acerca da violência obstétrica causada por profissionais da área da saúde bem como avaliar as

consequências desse ato ligadas às manifestações clínicas de cunho psicológico e físico na vida da mulher, considerando seus direitos e integridade no momento gestacional, da realização do parto ou situação de aborto.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a qual consiste em uma busca de pesquisas relevantes sobre uma determinada temática com objetivo de identificar lacunas que podem ser complementadas com a elaboração de outros estudos. Essa tipologia de pesquisa é desenvolvida ao longo de uma série de etapas⁸.

As seguintes etapas devem ser percorridas para a elaboração de uma revisão integrativa: a) seleção do tema e elaboração da questão norteadora da pesquisa; b) seleção de critérios de inclusão e exclusão das pesquisas que constituirão a amostra do estudo; c) junção de dados que serão retirados dos estudos; d) avaliação crítica dos estudos escolhidos; e) compreensão dos resultados; f) apresentação do apanhado estabelecido e revisão dos conteúdos⁸.

Foi formulada a seguinte questão para guiar a revisão integrativa: “Quais são os impactos gerados pela violência obstétrica, acometida por profissionais da saúde, na vida de mulheres?”.

Para a seleção dos artigos foram utilizadas as seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Web of Science* e *National Library of Medicine* (PubMed). Além disso, foram considerados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) combinados com operadores booleanos: “Violência obstétrica” AND “Profissionais da saúde” AND “Mulheres” AND “Brasil” AND “Impactos na Saúde”.

Os critérios de inclusão para a pesquisa foram: artigos publicados em português que respondem à questão norteadora no período compreendido entre 2015-2022. Como critério de exclusão definiu-se: estudos em duplicata e que não estavam disponíveis de forma gratuita e em *full-text*.

A distinção ocorreu através da leitura de títulos, resumos e, quando necessária, a leitura dos textos na íntegra como forma de triagem de acordo com os critérios de elegibilidade. Após as buscas, contabilizou-se um número de 16 artigos e após a separação foram excluídas 07 pesquisas. No decorrer desta fase, os pesquisadores examinaram os trabalhos completos de forma ponderada e independente e, com isso, foi realizada a seleção.

No processo de verificação foram reunidos dados referentes ao periódico (título, ano de publicação) e ao estudo (objetivo, tipo de estudo, aspectos metodológicos e resultados). Segundo Bardin⁹, categoria, geralmente, é uma conformação de pensamento, a qual espelha a realidade, resumidamente, em momentos específicos; e apresenta os critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias (classificação e agregação).

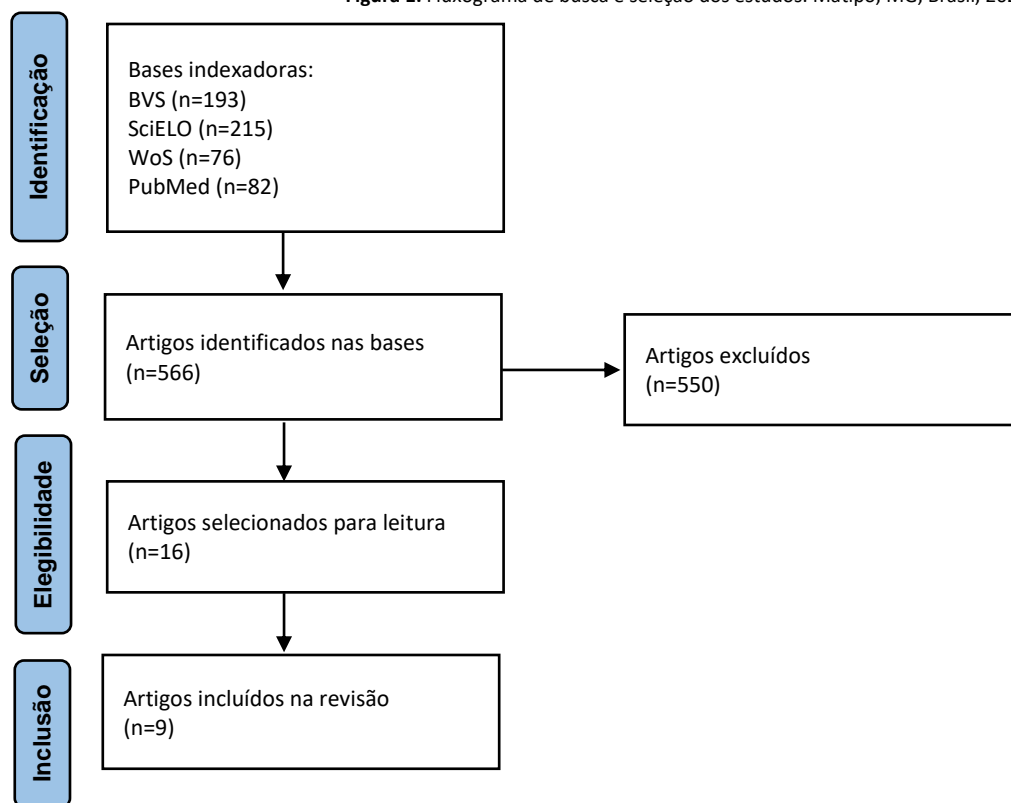
A interpretação dos fatos foi respaldada nos resultados da avaliação cautelosa dos artigos selecionados. Foi realizada a análise do conhecimento teórico,



estabelecimento de conclusões e implicações resultantes da revisão integrativa. Após o parecer crítico, obteve-se

uma amostra final de 09 estudos.

Figura 1. Fluxograma de busca e seleção dos estudos. Matipó, MG, Brasil, 2022



Resultados e Discussão

No Quadro 1 estão expostos os resultados do estudo bibliográfico, cuja disposição se dá por meio do ano, dos autores, do título e dos objetivos. Das 9 pesquisas

selecionadas (Quadro 1), 3 artigos (33%) foram encontrados no SciELO, 6 deles (66%) foram encontrados no BVS e 1 (1%) foram encontrados nas bases PubMed.

Quadro 1. Caracterização dos estudos. Matipó, MG, Brasil, 2022

ANO	AUTORES	TÍTULO	OBJETIVO
2020	Silvia Badim Marques	Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres	Busca aproximar o direito sanitário das questões relacionadas à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como parte indissociável do direito à saúde, abordando o conceito de violência obstétrica e as proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional brasileiro sobre o tema.
2020	Paula Land Curi Mariana Thomaz de Aquino Ribeiro Camilla Bonelli Marra	A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS	Examina a violência obstétrica contra mulheres negras no Sistema Único de Saúde (SUS), partindo de experiências de estágio e extensão universitária em Psicologia, em maternidades públicas, de distintos níveis de complexidade, coadunadas a pesquisas de Iniciação Científica Pibic/CNPq.
2020	Patrícia da Costa Teixeira Ludmila Santos Antunes Thaís da Silva Oliveira Victoria Velloso Gabriela Priscila Goveia Faria Leila Tomazinho de L. Duamarde	Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: A dor que querem calar	Identificar o conhecimento das parturientes sobre violência obstétrica, levantar se conseguem identificar as principais ações presentes na violência obstétrica, detectar os impactos físicos e psicológicos da violência obstétrica.

2021	Mariana Gouvêa de Matos Andrea Seixas Magalhães	Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães	Investigar a experiência denominada violência obstétrica no relato de mães. Assim, nele foram analisados os relatos de cinco mulheres, as únicas que fizeram referência a tal fenômeno.
2021	Amanda Reis Trajano Edna Abreu Barreto	Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto	Analisar a violência obstétrica pelo viés de gênero com base na narrativa de profissionais de saúde que realizam assistência ao parto.
2021	Kelly Diogo de Lima Camila Pimentel Tereza Maciel Lyra	Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras	Compreender e analisar as vivências de mulheres negras acerca dos cuidados na gestação, no parto e no pós-parto.
2015	Simone Grilo Diniz Heloisa de Oliveira Salgado Halana Faria de Aguiar Andrezzo Paula Galdino Cardin de Carvalho Priscila Cavalcanti A. Carvalho Cláudia de Azevedo Aguiar Denise Yoshie Niy	Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para a sua prevenção	Após breve recuperação histórica do tema, mapeiam-se as definições e as tipologias de violência identificadas.
2017	Ligia Moreiras Sena Charles Dalcanale Tesser	Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências	Relacionar o enfrentamento da violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres, em especial, de mulheres mães.
2022	Tatiana Henriques Leite Emanuele Souza Marques Ana Paula Esteves-Pereira Marina Fisher Nucci Yammê Portella Maria do Carmo Leal	Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil	Discutir e refletir sobre como questões relacionadas à definição e terminologia, mensuração e políticas públicas no Brasil têm dificultado a pesquisa da temática, assim como a mitigação desses atos.

Primeiros relatos de violência obstétrica

A violência obstétrica ganhou destaque na segunda década do século XXI, tornando-se pauta de vários estudos, mas a frequência de sofrimentos no parto foi registrada em diferentes momentos históricos. Assim, nos EUA no final da década de 1950 relatos de violência obstétrica foram relatados no jornal *Ladies Home Journal* descrevendo práticas do parto em mulheres desacordadas. No Brasil a pauta já tinha sido levantada em movimentos feministas na década de 1980 destacando o sentimento de desamparo e no Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) que relatava a falta de interesse dos profissionais no assunto e a falta de acesso das mulheres pobres a serviços essenciais⁵.

No Brasil a expressão “violência obstétrica” é aplicada para detalhar inúmeras formas de violência desde o início da gestação, ao parto e pós-parto. Assim, nos últimos anos várias determinações e classificações foram analisadas pela OMS, mencionando essenciais categorias verificáveis nas instituições de estudo⁶.

Violência obstétrica: histórico

Direito à saúde e assistência integral à saúde da mulher

Numa perspectiva histórica, o caminho do movimento social que legitimou na esfera pública brasileira as noções de saúde da mulher em relação aos direitos reprodutivos é muito recente. Sendo assim, é importante salientar que as mulheres têm direitos previstos por lei

especialmente ligados à saúde que estão no sistema constitucional de saúde brasileira, alguns deles são programas como o PAISM, a Rede Cegonha do SUS, a Lei do Acompanhante e algumas convenções a favor da saúde da mulher.

A OMS define como violência obstétrica qualquer atitude desumanizada, desrespeitosa, maus tratos e negligência da equipe de saúde contra a parturiente ou recém-nascido que possa vir a causar danos e/ou sofrimento tanto de ordem física quanto psíquica. Sendo assim, o descumprimento de qualquer um desses direitos é considerado Violência Obstétrica^{3,7}.

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), foi um marco na abordagem da saúde da mulher. Nele estão inclusas ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planejamento familiar, IST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres. Contamos também com a Rede Cegonha do SUS, que é um pacote de ações para garantir o atendimento de qualidade, seguro e humanizado para todas as mulheres¹.

A Lei n.º 11.108/2005, conhecida como lei do acompanhante, inseriu na Lei Orgânica da Saúde, Lei n.º 8.080/90 (26), o direito das parturientes à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-



parto imediato, no SUS. Apesar de ser descumprida em diversos hospitais e maternidades, a lei também representa uma conquista em prol do direito das mulheres¹.

Além desses, o Brasil conta com algumas convenções em prol do direito das mulheres, tais como a Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher, de 1948; Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, de 1953; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Cerd), de 1966; Convenção Americana de Direitos Humanos, São José, de 1969; Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Cedaw), de 1979. Todas essas convenções têm o intuito de garantir a melhoria da saúde da mulher como um todo.

Contando que a saúde é um direito de todos, é de extrema importância que as mulheres saibam dos seus direitos durante o período gestacional e puerperal, afim de garantir e incentivar a busca pela melhoria da assistência à mulher como um dos direitos humanos garantidos pela nossa Constituição¹⁻⁵.

Pós-violência obstétrica

A literatura acerca de desrespeitos, abusos, maus tratos e violência obstétrica abarca um número reduzido de estudos com enfoque nas consequências desses atos na saúde da mulher e, em alguns casos, do recém-nascido. Apesar disso, existem algumas hipóteses e estudos a respeito dos impactos causados^{5,10}.

A violência sofrida pelas mulheres pode ter repercussões físicas e psicológicas, como traumas, dores, depressão pós-parto, probabilidade de desenvolvimento de ansiedade e menor procura nos serviços de saúde após o parto. Além disso, considerando que um dos componentes de desrespeito, abuso, maus tratos e violência obstétrica é a negligência, os desfechos prováveis citados são o aumento da ocorrência de *near miss* materno e da mortalidade materna e fetal²⁻⁷.

A violência obstétrica acarretou nas vítimas consequências físicas decorrentes da manobra de Kristeller, nas quais resultou em dores nas costelas, assim como dores na genitália, fruto da episiotomia. Parte das participantes relatou que sua vida sexual sofreu consequências em decorrência da violência obstétrica, pois elas tiveram sua autoestima e psicológico abalados, por fim, também tiveram confiança nos profissionais de saúde diminuída^{2,8,10}.

Conclusão

Esta revisão integrativa permitiu conhecer e analisar a produção científica nacional sobre violência obstétrica no período de 2015 a 2022. Logo, a presente pesquisa expôs a necessidade de intervenções na atual conjuntura do serviço de saúde devido aos diversos impactos acarretados à saúde física e psicológica de mulheres que padecem com a violência obstétrica.

Foi possível identificar diversas limitações ao realizar o estudo sobre violência obstétrica. Logo, há uma escassez na literatura envolvendo estudos que abordem de maneira direta e objetiva a problemática, surgindo a necessidade de se desenvolver mais pesquisas, especialmente quantitativas, para servir de subsídio e embasamento para o desenvolvimento de novos trabalhos e futuras políticas públicas.

Os episódios frequentes de violência obstétrica têm desencadeado amplos debates e exposto a necessidade de se implementar novas intervenções na saúde pública que alterem esse quadro. Diversas pesquisas destacaram os impactos da violência obstétrica às mulheres brasileiras e o estudo conseguiu sintetizar os impactos à saúde das mulheres brasileiras. Logo, essa revisão ao expor as consequências das práticas obstétricas violentas à saúde física e mental da mulher, poderá auxiliar na sensibilização e na mudança dessas práticas, minimizando os efeitos à parturiente.

Referências

1. Marques SB. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*. 2020;9(1):97-119. <https://doi.org/10.17566/ciads.v9i1.585>
2. Lima KD, Pimentel C, Lyra TM. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2021;26:4909-4918. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.24242019>
3. Teixeira PC, Antunes LS, Duamarde LTL, Velloso V, Faria GPG, Oliveira TS. Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar. *Nursing (São Paulo) [Internet]*. 2020 [acesso em 22 set 2022];23(261):3607-3615. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1095669>
4. Souza RR, Oliveira LL. Revisões integrativas na assistência da Enfermagem Obstétrica e Ginecológica em tempos pandêmicos: desafios e possibilidades. *Glob Acad Nurs*. 2021;2(Spe.1):e89. <https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200089>
5. Leite TH, Marques ES, Pereira APE, Nucci MF, Portella Y, Leal MC. Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2022;27:483-491. DOI: 10.1590/1413-8123202272.38592020
6. Diniz SG, et al. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção. *J Hum Growth Dev*. 2015;25(3):377-376. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.106080>
7. Cunha ALSF, Anjos TIS, Miranda ASC, Oliveira LL, Souza RR. Humanização durante o trabalho de parto normal e cesárea. *Glob Acad Nurs*. 2021;2(Spe.1):e98. <https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200098>
8. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*. 2008;17:2758-64. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
9. Bardin L. *Análise Temática de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 2011.



10. Curi PL, Ribeiro MTA, Marra CB. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. 2020;72(SPE):156-169. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.156-169>

